



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3039 03/02/2025

ENTIDADES ENCAMINHAM AO MGI PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES FEDERAIS PARA 2025

Na última sexta-feira (31), as entidades representativas dos servidores públicos federais Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Centrais Sindicais, dentre elas a CUT; e a Condsef/Fernadsef, protocolaram no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a pauta unificada de reivindicações para 2025, através do ofício 001/2025.

O documento reúne demandas prioritárias da categoria e visa garantir melhores condições de trabalho e valorização dos servidores.

Entre os principais pontos da pauta estão:

Itens Prioritários

- Regulamentação da Convenção da OIT nº 151, garantindo direitos como negociação coletiva e liberação para mandatos classistas.
- Participação ativa nas discussões sobre a reforma administrativa, rejeitando propostas não debatidas com as entidades.
- Cumprimento integral dos acordos anteriores, com reajustes mínimos de 9% para todas as categorias.
- Equiparação de benefícios entre servidores dos Três Poderes e atualização anual dos valores.
- Fortalecimento das políticas de saúde e atenção ao trabalhador, incluindo combate ao assédio moral e discriminação.

Itens Econômicos

- Extensão do auxílio-saúde para todos os servidores, com contrapartida mínima de 50% do governo.
- Criação do auxílio-nutrição para servidores aposentados e pensionistas.

Mesas de Negociação

- Abertura de mesas específicas para categorias que não tiveram negociação em 2024, como as carreiras da Receita Federal e Auditoria-Fiscal do Trabalho.
- Agilização na instalação e funcionamento das mesas setoriais já existentes.

Novas Reivindicações

- Regulamentação da Contribuição Assistencial no serviço público, conforme decisão do STF.
- Revisão do auxílio-transporte, incluindo modalidades como transporte fluvial e individual.
- Redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais, sem redução salarial.
- Revogação de normas que restringem direitos, como a Instrução Normativa SGP/MGI nº 30/2025.
- Defesa de projetos como a PEC 169/2019, que permite duplo vínculo para servidores administrativos e professores.

Itens já reivindicados e ainda pendentes

- Liberação de servidores para mandatos classistas e atividades sindicais sem ônus.
- Revogação da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e da contrarreforma da Previdência (EC 103/2019).
- Fim do fator previdenciário e da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas.
- Revogação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e das terceirizações ilimitadas no serviço público.

Próximos passos

As entidades sindicais aguardam a reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente no dia 20 de fevereiro, onde esperam avançar nas negociações e garantir a resolução das demandas apresentadas.

A pauta reforça a necessidade de diálogo e compromisso do governo com os servidores públicos federais, visando melhorias nas condições de trabalho e na valorização das carreiras.



Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO